



FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DE RONDÔNIA

CAMPUS DE JI-PARANÁ-RO

DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO INTERCULTURAL (DEINTER)

CURSO DE LICENCIATURA EM EDUCAÇÃO BÁSICA INTERCULTURAL

MITOS DO POVO PURUBORÁ

GISELE DE OLIVEIRA MONTANHA

Ji-Paraná/RO

14 de novembro de 2014

GISELE DE OLIVEIRA MONTANHA

MITOS DO POVO PURUBORÁ

Monografia apresentada ao Departamento de Educação Intercultural (DEINTER) da Fundação Universidade Federal de Rondônia (UNIR), Campus de Ji-Paraná/RO, como requisito avaliativo de conclusão do Curso de Licenciatura em Educação Básica Intercultural, sob a orientação do Professor Mestre José Joaci Barboza.

Ji-Paraná/RO

14 de novembro de 2014

Montanha, Gisele de Oliveira
O482m Mitos do povo Puruborá / Gisele de Oliveira Montanha; orientador,
2014 José Joaci Barboza. -- Ji-Paraná, 2014
37f. : 30 cm

Trabalho de conclusão do curso de Licenciatura em Educação
Básica Intercultural. – Universidade Federal de Rondônia, 2014
Inclui referências

1. Povos indígenas - Rondônia. 2. Povo Puruborá - História.
3. Mitos. I. Barboza, José Joaci. II. Universidade Federal de Rondônia.
III. Título

CDU 376.7 (811.1)

Bibliotecária: Marlene da Silva Modesto Deguchi CRB 11/ 601

FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DE RONDÔNIA
CAMPUS DE JI-PARANÁ-RO
DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO INTERCULTURAL (DEINTER)
CURSO DE LICENCIATURA EM EDUCAÇÃO BÁSICA INTERCULTURAL

GISELE DE OLIVEIRA MONTANHA

MITOS DO POVO PURUBORÁ

BANCA EXAMINADORA

Prof. Msc . José Joaci Barboza

Orientador

Prof^a Msc. Luciana Castro de Paula

Membro

Prof. Msc. Cristovão Teixeira Abrantes

Membro

Ji-Paraná/RO – novembro de 2014

DEDICATÓRIA

Dedico este Trabalho de Conclusão de Curso a minha avó Emília Nunes de Oliveira que, infelizmente, nos deixou no ano de 2013 e, que me ensinou tudo que sei sobre o povo Puruborá e me passou valores que nunca encontrarei em uma Universidade. Pessoa maravilhosa que mesmo sem ter frequentado uma rede de ensino possuía uma sabedoria extraordinária, Obrigada minha mestra.

AGRADECIMENTOS

- ❖ A Paulo Aaporete, pois foi um grande colaborador dessa pesquisa sempre disposto a colaborar me dando informações sobre a História e cultura do povo Puruborá.
- ❖ A Anátalia Daiane de Oliveira que me escutou, incentivou e ajudou na construção dos meus textos.
- ❖ Aos professores e professoras: Luciana Castro de Paula, Edineia Aparecida Isidoro, Cristóvão Teixeira Abrantes, Maria Lúcia Cereda Gomide, Genivaldo Frois Scaramuzza, Reginaldo de Oliveira Nunes, Kécio Gonçalves Leite e João Carlos Gomes do Departamento de Educação Intercultural-DEINTER que me ajudaram na minha formação acadêmica juntamente com a professora Josélia Gomes Neves do Departamento de Ciências Humanas e Sociais que sempre esteve presente desde a concepção do curso até a sala de aula; o professor Aléx Mota dos Santos do Departamento de Engenharia Ambiental que me ajudou sobre cartografia do lugar Puruborá.
- ❖ Ao meu orientador José Joaci Barboza que me orientou na construção da presente pesquisa.
- ❖ A minha família grande incentivadora nessa jornada de estudos.
- ❖ Ao Conselho Indigenista Missionário de Rondônia (CIMI-RO) e ao Conselho Indigenista entre Índios (COMIM) pela contribuição no processo de ressurgência do povo Puruborá.

SUMÁRIO

RESUMO	7
LISTA DE SIGLAS	8
INTRODUÇÃO	9
1. HISTÓRIA E MEMÓRIA DO POVO PURUBORÁ	15
2. METODOLOGIA	21
3. MITOS	27
3.1. Mito de origem do povo Puruborá	30
3.2. Mito de origem da Língua Puruborá	31
3.3. Mito da pintura corporal Puruborá	32
3.4 Mito da origem dos alimentos	34
4. CONSIDERAÇÕES FINAIS	35
REFERÊNCIAS	37

RESUMO: O presente Trabalho de Conclusão de Curso Mitos do Povo Puruborá tem como objetivo identificar, registrar e analisar os mitos tradicionais Puruborá, pois as mitologias orientam a vida social entre grupos, além de muitos hábitos cotidianos. O povo Puruborá é um grupo étnico ressurgido. Tiveram seu primeiro contato em 1909 quando o marechal Rondon comandou os trabalhos da construção da Linha Telegráfica no rio Manoel Correia e cria o Posto Indígena Dois de Maio que ficou conhecido como terra demarcada para os Puruborá. No início de 2000 ressurgem para reafirmar sua existência, continuidade, reconhecimento e aceitação de sua identidade como indígenas. Para atingir os objetivos propostos a metodologia utilizada foi a da História Oral, de modo especial a Tradição Oral. Esse trabalho trouxe à tona informações provenientes de tempos antigos e que têm a ver com temas que sempre deram sustentação a vida humana e construíram civilizações. Proporcionou para o fortalecimento da identidade cultural do povo, o entendimento e o conhecimento sobre a etnia Puruborá, pois a mesma foi considerada extinta pela sociedade nacional até a década de 90 então pouco se tem escrito sobre esse povo.

Palavras-chave: Mitos do Povo Puruborá. História Oral. Identidade Étnica. Povos Ressurgidos.

LISTA DE SIGLAS

AIS – Agente de Saúde Indígena
CASAI – Casa de Apoio ao Indígena
CIMI-RO – Conselho Indigenista Missionário de Rondônia
COMIM – Conselho Indigenista entre Índios
CPDOC – Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil
DEINTER – Departamento de Educação Intercultural
ENEM – Exame Nacional do Ensino Médio
FGV – Fundação Getúlio Vargas
FUNAI – Fundação Nacional do Índio
GESTAR – Programa Gestão da Aprendizagem Escolar
JOER – Jogos Escolares de Rondônia
ONGS – Organizações Não Governantes
PIBIC – Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica
PROEXT – Programa de Extensão Universitária
SEDUC – Secretária do Estado de Educação
SESAI – Secretaria Especial de Saúde Indígena
SPI – Serviço de Proteção ao Índio
UNIR – Fundação Universidade Federal de Rondônia
TCC – Trabalho de Conclusão de Curso

INTRODUÇÃO

Julgo que seja necessário iniciar meu Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) contando um pouco da minha história escolar e acadêmica, pois acredito que possibilita que o leitor e a leitora conheçam minhas intenções e a importância desse trabalho para mim e para a minha comunidade indígena.

Falar sobre meus tempos de escola me traz dois tipos de recordações: algumas muito boas e outras nem tanto assim. Sempre estudei em escolas públicas não indígenas. Fiz o pré-escolar em uma escola chamada Cantinho Mágico. Desse período não me recordo muito bem, porque era muito pequena. Nessas escolas cantávamos o Hino Nacional e o Hino de Rondônia, ficávamos em filas e em muitas vezes eu questionava qual era a necessidade de cantar esses hinos e as respostas não me satisfaziam, pois sempre eram as mesmas: "você é brasileira tem que saber". Durante minha trajetória escolar participei de desfiles de Sete de setembro, festas juninas, Jogos Escolares de Rondônia (JOER), Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM), feiras, gincanas, olimpíadas escolares. Também estudei todas as disciplinas que eram oferecidas: Língua Portuguesa, Matemática, Ciências, Geografia, História, Biologia, Química, Física, Técnica de Redação, Inglês, Língua Espanhola, Artes, Ensino Religioso, Educação Física, Sociologia e Filosofia.

Fiz os anos iniciais do ensino fundamental na escola Estadual Gomes Carneiro onde me lembro com saudades das professoras Cresilda, Betinha e Piedade, pois elas contribuíram para minha alfabetização, que se deu em Língua Portuguesa. Além disso, essas docentes eram carinhosas, sabiam “dominar” uma classe e não eram autoritárias. Espero um dia ser pelo menos um pouco parecida com elas em relação ao domínio de sala de aula.

Hoje em dia percebo o quanto deve ser difícil para uma criança que sempre morou em aldeias indígenas, estudando em escolas indígenas, mudar do seu ambiente escolar, uma vez passei por uma experiência de mudança de escola que me afetou muito naquela época: quando terminei a quarta série tive que mudar de escola, passando a estudar na escola estadual Angelina dos Anjos. Essa era uma escola maior, meus antigos e minhas antigas colegas de classe haviam ficado em outra sala, o horário de estudar também tinha mudado, antes estudava no período matutino e agora estava estudando no período vespertino, a minha adaptação naquele ambiente escolar foi lenta e desagradável.

Quando terminei a quinta série minha família mudou de cidade: saímos de Costa Marques e fomos morar em Seringueiras, e por isso, passei novamente por outra mudança escolar, outro

ambiente, não conhecia ninguém, professores e professoras diferentes. Desta forma, passei a estudar na escola estadual Oswaldo Piana, terminando o ensino fundamental à tarde e o ensino médio à noite. Destaco que em nenhum momento da minha trajetória escolar os conteúdos eram voltados para a interculturalidade. Atualmente as leis garantem o ensino da história indígena em escolas não indígenas, ainda assim, esse tema não tem sido trabalhado como desejamos que o fosse, pois os professores e as professoras ainda não estão preparados e preparadas para trabalhar com ele; naquela época em que não havia a obrigatoriedade da lei era menos trabalhada ainda.

O único momento que me recordo do trabalho com as e os indígenas do Brasil se davam quando chegava o dia dezanove de abril, em que os professores e as professoras pintavam os e as estudantes da sala e diziam que era o dia do “índio” ou pediam para colorir desenhos de imagens de “índios” tudo muito diferente da realidade. Infelizmente a imagem indígena ainda é muito distorcida no ambiente escolar.

Os docentes e as docentes que tive nos anos finais do ensino fundamental e ensino médio que mais me marcaram foram a Eliane, Inelves e Silvio. Aprendi muito com ele e elas por causa das metodologias que utilizavam em sala de aula. As professoras Eliane e a Inelves foram minhas coordenadoras do Programa Gestão da Aprendizagem Escolar (GESTAR) e Pró Letramento, que são programas do estado para professores e professoras estaduais dos anos iniciais do Ensino Fundamental. As experiências que tive como estudante dele e delas e que tomo como referência é ser pesquisadora, crítica, dinâmica e criativa.

Por outro lado tive professores e professoras das disciplinas de História e Geografia que eram péssimos e péssimas e me avaliavam da seguinte maneira: davam textos para ler e depois pediam que eu fizesse dez perguntas onde eu tinha que dar as respostas, não explicavam e só ficavam sentados fazendo nem sei o que. Com essas experiências e referências refleti e aprendi a não ser acomodada, pois os e as estudantes não aprendem nada.

Destaco que mesmo a escola sendo não indígena, ensinando valores e conceitos totalmente diferentes dos que conheço hoje, tive uma família que nunca deixou de me ensinar e valorizar a minha cultura indígena.

No ano de 2009 prestei o vestibular do Curso de Licenciatura em Educação Básica Intercultural, no campus da Fundação Universidade Federal de Rondônia município de Ji-Paraná. Esse curso é específico para povos indígenas do estado de Rondônia onde forma e habilita em nível superior professores e professoras indígenas para lecionar e atender as escolas das comunidades indígenas de

Ensino Fundamental e Médio. O curso habilita em quatro áreas da formação: 1) Educação Escolar Intercultural no Ensino Fundamental e Gestão Escolar, 2) Ciências da Sociedade Intercultural, 3) Ciências da Linguagem Intercultural e 4) Ciências da Natureza e da Matemática Intercultural.

No dia três do mês de novembro do ano de 2009 iniciei a primeira etapa do curso. Apreendi muito sobre a minha própria cultura e sobre a cultura dos demais povos indígenas, pois na minha sala havia dezoito etnias diferentes. O curso teve a duração de cinco anos, onde nos três primeiros fiz o ciclo de formação básica com atuação nos anos iniciais do ensino fundamental e os dois últimos anos finais fiz o ciclo de formação na área específica das Ciências da Sociedade Intercultural, que me habilita para lecionar as disciplinas de História, Geografia, Filosofia, Sociologia e Antropologia. Essa licenciatura me despertou o interesse e a curiosidade sobre a cultura do meu povo, uma vez que grande parte dos demais acadêmicos e acadêmicas falavam suas línguas maternas, sabiam contar as suas histórias, seus costumes e mitos, e eu quase nada sabia do meu povo. Essas experiências me motivaram a querer ser uma pesquisadora sobre minha própria cultura, visando aprender e partilhar o conhecimento sobre o meu próprio povo contribuindo para a valorização da minha identidade indígena.

O curso foi muito relevante para mim porque já atuo em sala de aula na escola indígena Ywará Puruborá localizada na aldeia Aperi; fui escolhida para ser professora da comunidade no ano de 2006 em uma das assembleias que o povo realiza anualmente, mas não fiz o magistério indígena e nem outro tipo de magistério então foi nesse curso que aprendi como trabalhar temas culturais indígenas e temas universais em minhas aulas. Ao escolher a área específica das Ciências da Sociedade Intercultural tive acesso aos conhecimentos técnicos e científicos das não indígenas, bem como, aprofundar os tipos de conhecimentos das sociedades indígenas, pude fazer reflexões, registro das memórias e histórias do meu povo, o que possibilitou a concretização do presente trabalho.

A partir de leituras e discussões em sala nas aulas de Temas Fundamentais de Ciências Sociais II no ano de 2013 percebi que o trabalho de campo etnográfico desempenhado pelo pesquisador e pela pesquisadora indígenas pode ser diferenciado do trabalho de campo etnográfico realizado por um e uma não indígenas. As teorias e metodologias podem até ser as mesmas, porém as atitudes e as abordagens feitas pelos pesquisadores e pelas pesquisadoras indígenas são específicas e diferenciadas do pesquisador e da pesquisadora não indígenas.

Alguns pesquisadores e algumas pesquisadoras não indígenas quando vai a campo pesquisar trazem consigo projetos prontos onde a comunidade simplesmente fica sabendo o seu foco de pesquisa

quando eles e elas fazem a apresentação do seu trabalho para a etnia pesquisada. Em alguns casos, eles e elas escrevem seus textos, publicam seus trabalhos e a comunidade envolvida não tem um retorno por doarem seus conhecimentos tradicionais a essas pessoas.

Outra situação problemática que pode ocorrer, por ser um pesquisador e uma pesquisadora não indígenas, é o caso de escreverem fatos isolados que não são do povo e publicá-los como se fossem tradicionais da etnia tornando-os exóticos e sem nexos para o povo pesquisado. Como é uma pesquisa que a comunidade se envolve mais, o contato com os colaboradores e colaboradoras é mais acessível porque eles e elas já conhecem o pesquisador e a pesquisadora indígenas e, dessa forma, o diálogo entre pesquisador, pesquisadora, colaborador e colaboradora, por ser mais familiarizado, torna-se mais “natural”.

O presente trabalho abordará os mitos Puruborá, portanto, é muito relevante para minha vida acadêmica, profissional e de laço identitário, pois como sou pertencente ao povo Puruborá pude pesquisar e aprender mais sobre minha cultura tradicional. Julgo que ao ser uma pesquisadora indígena, tenho várias vantagens, entre elas é o fato de que ao fazer minhas pesquisas, por meio das fontes escritas e orais, posso em meu trabalho discordar ou concordar com o que já foi escrito sobre o meu povo, uma vez que faço minhas interpretações a partir de um olhar de indígena que vive a realidade da etnia.

Sobre isso, Giselle Carino Lage (2009, p. 6) afirma: “Após a investigação do universo pesquisado, o antropólogo sistematiza as informações coletadas sobre os informantes, de modo que os textos finais não são mais do que interpretações de ‘segunda e terceira mão’, pois somente um nativo seria capaz de interpretar a sua cultura em “primeira mão”.

O processo de escrever a própria história deve-se ao protagonismo cada vez mais forte dos povos indígenas frente às lutas, pois, de sujeitos transitórios e incapazes passaram a protagonistas, tendo autonomia de gerir e manter suas culturas. Ao se preocupar com o conhecimento do passado de seu povo, vem registrando e recuperando os acontecimentos de forma escrita e utilizando os meios tecnológicos.

Os colonizadores utilizaram a escrita como forma de contar sua visão sobre os povos indígenas sempre descritos como preguiçosos, inferiores, selvagens e traiçoeiros, uma vez que predominava os relatos dos cronistas europeus com o olhar estereotipado e pré-concebido do universo cultural indígena. Mas felizmente essa ótica está sendo repensada em razão da releitura e da valorização de outras fontes históricas. Dessa forma podemos conhecer o passado por meio de relatos orais, ou seja,

os mitos, as histórias e os acontecimentos que os mais velhos nos contam, a memória é valiosa para sabermos sobre a identidade de um grupo indígena. Os povos indígenas utilizam da escrita e dos avanços tecnológicos para registrar e guardar os acontecimentos históricos.

Essa pesquisa foi motivada por uma atividade proposta pela professora Edineia Aparecida Isidoro na disciplina de Oralidade e Escrita no ano de 2010, uma vez que ela pediu aos acadêmicos e as acadêmicas do curso de Licenciatura em Educação Básica Intercultural que escrevessem acerca dos mitos do surgimento do povo e de Língua Materna.

Como eu não conhecia os mitos tradicionais do meu povo, solicitei a ela que me proporcionasse um tempo maior para efetivar minha pesquisa, pois necessitaria dialogar com os mais velhos da minha aldeia e que, posteriormente, encaminharia o registro dos mitos a ela pelos correios.

Ao retornar para a aldeia Aperoí, onde moro, comecei a fazer a minha pesquisa com a ajuda da minha avó Emília Nunes de Oliveira, porém, ela disse que não lembrava dos detalhes dos mitos e que, quem poderia me contar melhor era seu irmão Paulo Aporate Filho que mora na cidade de Costa Marques, distante da aldeia cerca de cento e cinquenta quilômetros. Por isso, decidi ir até ele e ouvi-lo contar os mitos. Ao chegar a sua casa perguntei se ele poderia contar-me o que ele se lembrava da nossa cultura indígena. Lembro-me que ele ficou muito feliz e disse que minha ação era muito importante para o nosso povo, porque se um povo não preserva a sua cultura ela pode sumir nas próximas gerações. Fiquei com o Paulo Aporate Filho por mais de uma semana. Esses dias foram muito enriquecedores, pois aprendi muito sobre o meu povo e como a minha cultura é rica e que estávamos perdendo tudo aquilo por não pesquisar e registrar. Fiquei tão entusiasmada que além dos mitos, motivo que me levou até ele, aprendi sobre outros aspectos da nossa cultura como: preparar nossas pinturas tradicionais, o que cada traço simboliza para o meu povo, aprendi outros mitos e histórias que somente ele poderia me contar.

Como sou professora da escola Ywará Puruborá, ao retornar trabalhei o que havia aprendido com o Paulo Aporate Filho com os e as estudantes da escola. No ano de 2012 fiz um trabalho sobre a História Tradicional do povo Puruborá que foi de ação prática executado na aldeia Aperoí na escola indígena Ywará Puruborá como atividade da disciplina “Estudos na Aldeia V” do curso de Licenciatura em Educação Básica Intercultural. Esse projeto teve como objetivo revitalizar a História tradicional do povo Puruborá, onde foi trabalhado com os e as estudantes e membros da comunidade Aperoí. Durante a Licenciatura Intercultural fui convidada a participar como colaboradora do projeto “Resgatando a Memória e a História do povo Puruborá”, coordenado pelo docente Ms. José Joaci

Barboza. Esse projeto foi apresentado e desenvolvido na Fundação Universidade federal de Rondônia (UNIR), através do Departamento de Educação Intercultural (DEINTER) e, financiado pelo Programa de Extensão Universitária (PROEXT), *Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica (PIBIC) 2011/2012 e PIBIC 2012/2013*. Nesse projeto tive a oportunidade de participar das entrevistas o que para mim foi muito importante, pois aprendi e compreendi a minha própria história, de como ocorreu o contato e o porquê habitamos a região onde moramos atualmente e inclusive outros mitos tradicionais. Ao conhecer tudo isso, percebi que como membro do povo era meu dever registrar os mitos para não serem esquecidos e, ser conhecido por todos. Dessa forma, propus ao orientador do presente trabalho, Ms. José Joaci Barboza a fazer minha pesquisa sobre os mitos tradicionais do povo Puruborá.

Estruturei o presente em 4 capítulos. No primeiro capítulo relatei da História do povo Puruborá desde o início do contato até os tempos atuais. No segundo, descrevi a metodologia utilizada para fazer a pesquisa, que foi a História Oral (MEIHY, 2000). No terceiro capítulo, relatei a importância que o mito tem para o povo Puruborá, por isso, farei a descrição de alguns mitos, entre eles o de origens, da língua e da pintura. No último capítulo, teço as considerações a que cheguei no decorrer do desenvolvimento e da escrita do trabalho.

1. HISTÓRIA E MEMÓRIA DO POVO PURUBORÁ

A História relata as mais variadas tragédias que ocorreram na vida dos povos indígenas causadas pelos colonizadores como: escravidão, guerras, doenças, massacres, genocídios, etnocídios e outros males que levou quase ao extermínio completo desses povos tradicionais. O povo Puruborá, como os demais povos originários, sofreu essas consequências, pois foram vítimas de um projeto ambicioso de dominação cultural, econômica, política e militar do Velho Mundo.

Conforme os relatos dos mais velhos da etnia Puruborá, esse povo teve seu primeiro contato em 1909 quando marechal Rondon comandou pessoalmente os trabalhos da construção da Linha Telegráfica no rio Manoel Correia. Após o contato estabelecido, Rondon os levou para um lugar chamado Colônia ou Posto Dois de Maio juntamente com outras etnias: Migueleno e Cabixi deixando-os sob-responsabilidade de José Félix do Nascimento que, na época, foi indicado para administrar a Colônia pelo Serviço de Proteção ao Índio (SPI). Com o falecimento de José Félix de Nascimento o povo Puruborá solicitou um novo encarregado ao órgão, porém o pedido foi negado pelo fato de serem considerados mestiços, ou seja, não serem mais considerados “índios puros”. Por esse motivo, muitos deles deixaram suas terras ancestrais e passaram a trabalhar para os seringalistas da região, desde então começou o acelerado processo de diáspora dos Puruborá. Em relação a isso Ana Vilacy Galucio (2005, p. 160) corrobora: “Os Puruborá viveram nos referidos Postos Indígenas até 1949, ano da morte do chefe dos postos. Após essa data, os Puruborá, já em número bastante reduzido, iniciaram um processo de retirada e abandono da área onde moravam, á procura de trabalho e melhores condições de vida”.

Os e as Puruborá por décadas sofreram a opressão nos seringais do rio Manoel Correia e do Limoeiro no rio São Miguel, onde forçados pelo SPI tiveram que adotar outra cultura, língua, costumes, mitos e tradições. Foram acometidos por doenças como gripe, catapora, caxumba e sarampo que quase dizimou o povo e a convivência obrigada com os seringalistas oriundos da região Nordeste forçou a mestiçagem.

Na mesma linha, José Joaci Barboza (2012, p. 7) relata em seu artigo que uma: “[...] narradora do povo Puruborá afirma que sua mãe que fora criada por José Félix, teve seu casamento arranjado com um seringueiro aos treze anos, e que passou os primeiros meses de casada muito infeliz, tendo de dormir com uma pessoa completamente estranha”.

A etnia Puruborá teve seu território demarcado no início do século XX pelo general Cândido Mariano da Silva Rondon sendo localizado nos rios São Miguel, São Francisco e Manoel Correia. Sobre isso Ana Vilacy Galucio (2005, p. 160) enfatiza: “[...] o Marechal Rondon criou dois Postos Indígenas, às margens do rio Manoel Correia, para onde levou os Puruborá. Os marcos definitivos da área foram sentados pelo próprio Marechal Rondon em visita subsequente no ano de 1919 e confirmados por Benjamim Rondon no ano de 1925”.

Os e as Puruborá lutam pela redemarcação de suas terras tradicionais, pois na década de 1990 os poucos Puruborá que ainda moravam no seu território tradicional foram expulsos pela Fundação Nacional do Índio (FUNAI) sob a alegação de estarem na fronteira da Terra Indígena Uru-Eu-Wau-Wau e que não eram índios e sim bolivianos, tiveram sua identidade indígena novamente negada pela FUNAI, por isso, se dispersaram na região do vale do Guaporé, Porto Velho, Ji-Paraná, Ariquemes e até mesmo fora do estado de Rondônia.

No final da década de 1990 e início de 2000 o povo Puruborá ressurgiu para reafirmar sua existência e continuidade. Esse povo passou por momentos particulares: seu auto-reconhecimento e aceitação de sua identidade como indígenas, sua apresentação como indígenas para a sociedade local, regional e para a FUNAI, e, finalmente sua inserção social em diversas instituições nacionais, internacionais e frente a outros povos. Um fator muito relevante para o ressurgimento foi o fato das pessoas pertencentes à etnia se reconhecerem e afirmarem como indígenas, tendo o desejo de voltar a morar em seu território tradicional. Sobre isso Gersem dos Santos Luciano (2006, p. 42) comenta: “O processo de reafirmação da identidade indígena e o sentimento de orgulho de ser índio estão ajudando a recuperar gradativamente a auto-estima indígena perdida ao longo dos anos de repressão colonizadora”.

Um marco relevante para os povos indígenas foi a aprovação de um capítulo inteiro na Constituição Federal de 1988 que só ocorreu graças às pressões dos movimentos indígenas e indigenistas. Ela reconhece aos indígenas seus territórios, cultura, educação, língua, religião, organização e participação política. Com essa lei foi afastando-se a ideia de integração e tutela, proporcionando plena cidadania e autonomia, porém as comunidades indígenas continuam lutando pela demarcação ou ampliação de seus territórios tradicionais que foram usurpados e ainda existem os povos que reivindicam seu reconhecimento como uma etnia indígena depois de terem sido considerados extintos.

O processo de miscigenação para os povos indígenas ressurgidos é um drama, pois sofrem

diversos preconceitos por não terem os traços físicos que a comunidade nacional diz que os índios que eles consideram “verdadeiros” ou “puros” possuem, pois a imagem do índio “autêntico” reforçada pela escola e pela mídia é a do indígena nu ou de tanga, todo pintado usando adornos no meio da floresta, de arco e flecha, tal como foi visto por Pedro Álvares Cabral e descrito por Pero Vaz de Caminha, em 1500. Qualquer mudança nessa imagem provoca estranhamento, dessa maneira “congelam” as culturas indígenas e reforçam o preconceito de que as culturas não podem mudar e, se mudam deixam de ser autênticas. Neste sentido, João Pacheco de Oliveira Filho (1999, p. 7) afirma:

[...] não existe matéria jornalística, filme ou comercial de TV que não suponha que os índios sejam (ou devessem ser) os mesmos que foram descritos pelos cronistas. Uns estão situados na história e caracterizam-se pela complexidade; outros como estátuas, construções acabadas em termos de sociabilidade e humanidade, monumentos de pedra que podem ser destruídos, deformados ou parcialmente danificados – mas que se não o forem se apresentarão sempre idênticos a como foram concebidos.

Toda essa visão é confirmada com a política integracionista que apontava o fim da diversidade cultural dos povos indígenas quando esses ao se incorporarem à sociedade nacional anulariam a sua diferenciação étnica e abandonariam sua identidade indígena. O resultado pela falta de conhecimento que se tem pela História indígena é a deformação da imagem do “índio” na escola, nos jornais, na televisão, enfim na sociedade brasileira. Os povos indígenas produzem saberes, ciências, arte refinada, literatura, poesia, música, religião. Não são culturas atrasadas como durante muito tempo pensaram os colonizadores e como ainda pensam muitas pessoas, portanto não existe cultura melhor ou pior, superior ou inferior, o que existe são sociedades com valores diferentes e todas importantes e necessários em seu contexto.

O povo Puruborá está disperso, porém algumas famílias da etnia moram as margens da BR 429 que se localiza no estado de Rondônia, onde reunidos formaram a aldeia Aperi que está localizada no município de Seringueiras, centro-sul do estado de Rondônia, microrregião de Alvorada do Oeste, aproximadamente 30 quilômetros de sua sede, no extremo oeste, divisa com o município de São Francisco do Guaporé, nas proximidades da confluência dos rios Manuel Correia e Caio Espínola na coordenada geográfica Longitude 63°15’ e Latitude 11°56’ e dista aproximadamente 13 quilômetros do extremo limite sul da terra Indígena Uru-Eu-Uau-Uau.

Na aldeia Aperi moram doze famílias indígenas e funciona a escola indígena Ywará Puruborá, que foi criada para suprir as necessidades de escolarização dos indígenas, com uma visão

de construção da cidadania e valorização da própria cultura e da cultura de outros povos, buscando propiciar a todos seus membros pertencentes e diferentes grupos sociais o acesso ao saber. Ela atende do 1º (primeiro) ao 5º (quinto) ano do ensino fundamental, sendo que as disciplinas são ministradas em Língua Materna e Língua Portuguesa, onde estudam alunos indígenas e não indígenas. A escola que antes era um instrumento utilizado para desmoralizar as crenças e o modo de ser e de viver dos povos indígenas, impondo outra cultura e fortalecendo a integração, onde a Língua materna era usada somente para ajudar na interpretação da Língua Portuguesa e que ignorava e sufocava as pedagogias indígenas, hoje na aldeia ela é vista como um espaço onde a comunidade participa construindo, aprendendo e transmitindo os conhecimentos tradicionais e os conhecimentos universais. Esse espaço é usado para reforçar os projetos socioculturais.

Não existe posto de saúde indígena na aldeia, mas os moradores da aldeia têm o atendimento da Agente de Saúde Indígena (AIS) e também recebem a visita mensal dos técnicos de enfermagem da Casa de Apoio ao Indígena (CASAI) do pólo de Jaru. A liderança da aldeia, a cacique Hozana Castro de Oliveira, juntamente com os outros membros da etnia tomam as decisões que são importantes para o povo Puruborá. Outra forma de organização dos moradores da comunidade indígena é a associação Maxajiã que tem associados Puruborá que moram na aldeia e fora da aldeia. A comunidade recebe assessoramento das Organizações Não Governantes (Ongs): Conselho Indigenista entre Índios (COMIM) e o Conselho Indigenista Missionário de Rondônia (CIMI-RO). Essas Ongs ajudaram no reconhecimento da identidade indígena dos Puruborá perante outros povos e órgãos oficiais, cooperam nas organizações das assembleias que o povo faz anualmente na aldeia onde são convidados os Puruborá que moram nas diferentes cidades do estado de Rondônia, representantes de outras etnias indígenas e representantes de órgãos governamentais que trabalham na causa indígena.

A etnia Puruborá fez sua primeira assembleia nos dias 16 a 18 de outubro no ano de 2001 no sítio da dona Emília, na BR 429, Km 32, no município de Seringueiras, estado de Rondônia. Esse foi o primeiro reencontro das famílias do povo Puruborá depois de 40 anos de distanciamento. Nessa assembleia foi realizado o primeiro levantamento linguístico do povo feito pela linguista Ruth Maria Fonini Monserrat que, junto com os mais velhos fez um levantamento de aproximadamente 200 palavras e expressões diversas. Foi feito também um documento reivindicando o território tradicional do povo.

As assembleias são momentos em que com o povo reunido, há as recordações dos momentos

tradicionais, os mais velhos contam histórias, fazem documentos com reivindicações à FUNAI, Secretaria Especial de Saúde Indígena (SESAI), Secretária do Estado de Educação (SEDUC) e ao Ministério Público, as lideranças indígenas fazem explanações de seus trabalhos a favor do povo e contam suas experiências no movimento indígena. Esse momento é muito relevante para o povo Puruborá porque ficam reunidos, fortalecendo a cultura e a luta pelos seus direitos.

O povo Puruborá tem colocado a luta pela redemarcação do território tradicional como uma das reivindicações mais relevantes, pois somente com a demarcação e proteção do território indígena a etnia Puruborá poderá garantir a sobrevivência material e cultural enquanto povo. Ivan César Corrêa do Belém (2008, p. 113) confirma: “Longe de perceber a terra como o espaço onde se possa garantir a sobrevivência material do grupo, a preservação do ambiente é fundamental também à sobrevivência cultural, pois concebe o meio ambiente como um espaço simbólico, habitado por seres visíveis e invisíveis”.

Além de não terem sua terra tradicional demarcada os Puruborá vêm tendo problemas com o asfaltamento da rodovia BR 429, construções das linhas¹ do município de Seringueiras Zero, Quatro, Sete Pontes e 22 C. Essas obras geraram impactos ambientais e culturais na comunidade Aperi. Esses impactos foram: diminuição da pesca, assoreamento dos rios Manoel Correia e Cabixi, desmatamento das matas para retirada de madeira e terra, produção de lixo e contaminação do ar, do solo e da água. A usina foi construída dentro do território tradicional que o povo vem lutando para demarcar. A falta de sinalização e de construção de quebra molas na BR 429 na frente da aldeia indígena fez com que o trânsito ficasse muito perigoso tanto que uma criança indígena sofreu um acidente e, seu pé foi lesionado. Em relação à cultura, a construção da BR 429 e das linhas acima citadas, contribuiu para severa transformação do espaço tradicional, sendo que alguns lugares sagrados foram destruídos.

Neste sentido, é importante relatar a história do povo e dos lugares, no entanto, sem perder de vista a redemarcação do território, pois o povo sem o seu território, o significado de outras coisas não tem sentido. Em seu texto, Helena Copetti Callai (2005, p. 234) menciona: “Um lugar é sempre cheio de história e expressa/mostra o resultado das relações que se estabelecem entre as pessoas, os grupos e também das relações entre eles e a natureza”. Os moradores e as moradoras da aldeia são proibidos e proibidas de entrar nos lugares onde faziam as caçadas, pescarias e coletas de frutas tradicionais como patoá, açáí, pequi, castanha e outras porque esses espaços atualmente se constituem de fazendas.

¹ Linhas são estradas que cortam as propriedades rurais. Elas tornam-se de posse do domínio público. Essas estradas são muito utilizadas em Rondônia.

As famílias Puruborá que moram na aldeia Aperió tiram seu sustento por meio da venda do leite para os laticínios da região, trabalham por diárias para os fazendeiros locais e/ou cultivam roças de subsistência. Por não terem sua terra demarcada os e as jovens indígenas saem da comunidade em busca de melhores condições financeiras, o que causa a desagregação familiar, além de que, ao chegar à cidade encontram uma grande dificuldade por não terem experiências de trabalhos urbanos e sem estudos suficientes para conseguirem melhores empregos, são empregados em trabalhos que proporcionam poucas condições para uma vida digna na cidade, e o que acaba gerando mais preconceitos e discriminação.

O impulso migratório decorre de causas econômicas, políticas e ecológicas, da falta de terra para os membros Puruborá e a degradação ambiental, uma vez que a área que está situada a aldeia Aperió é um lugar cercado de fazendas com muitas pastagens, pouca vegetação nativa, o que causa a diminuição da caça. Toda essa situação gera a defasagem da aldeia enfraquecendo a coesão grupal. Neste sentido, de acordo com Eric Dardel (2011, p. 50) “O grupo humano, clã ou tribo, é uma coisa só com sua região de origem, emigrar é uma ruptura profunda: um transplante, uma perda de substância”. Isso é o que aconteceu com os e as Puruborá. A obrigação imposta pelo SPI e, posteriormente, pela FUNAI, a deixar o seu lugar de origem, ocasionou aos e às Puruborá um processo de enfraquecimento de laços identitários, históricos, sociais e culturais do povo, além, das perdas econômicas e territorial.

No próximo capítulo, descrevo a metodologia utilizada para fazer a pesquisa que foi a da História Oral, de modo especial a da Tradição Oral.

2. METODOLOGIA

A estratégia de ouvir pessoas ou testemunhos de determinados acontecimentos para melhor entendê-los já eram utilizados por historiadores da antiguidade como Heródoto, Tucídides e Políbio, eles utilizavam esses procedimentos para escrever os acontecimentos de sua época. Na década de 40 nos Estados Unidos sociólogos da escola de Chicago já utilizavam a entrevista, a observação participante e a biografia como meios privilegiados para a análise da realidade social, caberia ao pesquisador sair das bibliotecas e ir para o campo, no caso a cidade transformada em laboratório. O ano de 1948 foi considerado o início do marco da História Oral porque nesse mesmo ano houve a invenção do gravador a fita e também se formou o Columbia University Oral History Research Office, programa de História Oral da Universidade de Columbia, fundado por Allan Nevins e Louis Starr; em Nova York. Nesse período o Columbia History Office considerava a transcrição como documento original e não a gravação e, privilegiavam o estudo das elites (MEIHY, 2000).

A década de 1960 ocorreu a fase conhecida como História Oral “militante” onde os pesquisadores dessa época identificaram uma metodologia de “dar voz” as minorias para poder surgir uma História, a História vinda de baixo. Essa metodologia era diferenciada da década de 40 onde o estudo era focado nas elites, porém algumas práticas da História Oral “militante” acabaram provocando alguns equívocos que não se deve repetir como pensar que a entrevista é a própria História, tendo a ilusão de se chegar a verdade do grupo em estudo. Outro equívoco é a ideia que passa quando se fala dos que vem de baixo, esse argumento pode reforçar o preconceito de que os povos que utilizam a oralidade como meio de transmissão de seus conhecimentos não são capazes de deixar ou fazer registros escritos sobre si mesmos. A História Oral “militante” aos poucos passa para “acadêmica” (MEIHY, 2000).

No Brasil surge somente na década de setenta, mas desenvolveu-se plenamente somente com o fim do regime militar, o que ocorreu no final da década de oitenta. José Carlos Sebe Bom Meihy (2009, p. 142) relata que: “No Brasil, bem como em muitos países da América Latina, tal processo apenas se iniciou tardiamente, nos anos de 1980 com a chamada Abertura Política”. Esse processo tardio foi por causa da falta de tradições institucionais não acadêmicas que não tiveram interesses em desenvolver projetos que registrassem as histórias locais das tradições populares e também como o país vivia em um período de regime militar a gravação era tida como um instrumento de delação o que causava muito medo nos possíveis colaboradores, porém a repressão militar acabou favorecendo

o aparecimento da História Oral, que se mostrou forte, sendo uma das alternativas para a afirmação da democracia.

Meihy (2000, p. 46) menciona que “a História Oral tem dupla função política, posto que se compromete tanto com a democracia que é a condição para sua realização como o direito de saber que permite veicular opiniões variadas sobre temas presentes”.

Um marco para o surgimento da História Oral no Brasil foi o encontro de especialistas em biblioteca e documentação promovido pela Fundação Ford em parceria com a Fundação Getúlio Vargas. Esse encontro tinha a ideia de articular um grupo que pudesse criar uma infra-estrutura de documentação para a pesquisa na área de Ciências Sociais. Desse encontro resultou um programa pioneiro da História Oral brasileira dos mais importantes que temos, em vigor no Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (CPDOC) da Fundação Getúlio Vargas (FGV) do Rio de Janeiro, que captava depoimentos da elite nacional, todavia ainda que posto à disposição dos interessados o valioso acervo do CPDOC não chegou a ser proposto um modelo reproduzível (MEIHY, 2000).

Os avanços da sociedade civil em níveis locais que passaram a se preocupar com o registro das trajetórias regionais, a frustração reinante nos meios acadêmicos e o sucesso crescente da História Oral em outros países proporcionaram o sucesso da História Oral brasileira.

Atualmente a História Oral está presente nas diversas disciplinas universitárias e atua diretamente na condução de museus e arquivos do mundo inteiro e também é praticada entre grupos e comunidades interessados em recuperar e construir a própria memória. Essa democratização deve-se ao fácil acesso dos meios eletrônicos que facilitam a construção, circulação da documentação oral.

A documentação oral para Meihy (2000, p. 12): “[...] é todo e qualquer recurso que guarda vestígios de manifestações de oralidade. Entrevistas esporádicas, gravações de músicas, registros sonoros de ruídos, absolutamente tudo o que é gravado e preservado se constitui em documento oral”.

A História Oral tem como base a entrevista gravada previamente planejada por um projeto de pesquisa determinado que orienta e organiza a pesquisa em três elementos: o entrevistador, o entrevistado e a aparelhagem de gravação (MEIHY, 2000).

Feita essa exposição do surgimento e desenvolvimento da História Oral, e ao perceber as enormes lacunas, dúvidas e esquecimentos sobre a etno história dos povos e, de modo especial da história dos Puruborá foi que, me apropriei dessa metodologia para fazer a pesquisa com o povo Puruborá, de modo especial a Tradição Oral, pois a História Oral é um recurso moderno usado para a

elaboração de documentos, arquivamentos e estudos referentes á experiência social e de pessoas e de grupos.

Meihy (2000, p. 14) afirma:

Por meio da História Oral, por exemplo, movimentos de minorias culturais e discriminadas, especialmente de mulheres, índios, homossexuais, negros, desempregados, além de migrantes e imigrantes, exilados têm encontrado espaço para abrigar suas palavras, dando sentido social ás experiências vividas sob diferentes circunstâncias.

A História Tradicional é feita a partir de documentos oficiais e suas fontes são arquivos históricos constituídos e organizados por órgãos e instituições públicas e da administração. Dessa forma, quase não se encontra a história dos povos indígenas e quando aparece o indígena é vislumbrado de forma estereotipada e genérica como também preconceituosa e discriminatória. Por isso, é de suma importância que o e a indígena “tenha voz” e que os escutem para poder produzir novos conhecimentos históricos através de suas narrativas (FREITAS, 2004).

Durante muito tempo a sociedade ocidental considerou os povos indígenas como sem história porque não possuíam a escrita. Hoje em dia reconhece-se que todos os povos têm História e os historiadores utilizam diferentes documentos, entre eles: os relatos orais, desenhos, ferramentas, utensílios, construções, enfim, outras fontes que favoreçam a compreensão, representação e comunicação dos modos de viver dessas sociedades. Dessa forma o documento escrito deixou de ser o único repositório dos restos do passado.

Neste sentido, Edinaldo Bezerra de Freitas (2004, p. 184) enfatiza: “Podemos trabalhar com informações obtidas sob quaisquer suportes possíveis, do escrito ao iconográfico, da cultura material ao imaginário, do silêncio ao som, do não-dito ao que se fala”.

Se o documento escrito registra pouco sobre o e a indígena cabe ao pesquisador e à pesquisadora ir à busca de novas fontes, e estas estão além do arquivo oficial. Por meio da História Oral o pesquisador e a pesquisadora dirigem-se por universos extremamente ricos e diversificados, sendo que uma das marcas mais importantes desse tipo de História é a íntima relação com aqueles povos que não detém o código escrito ou não tem a sua História escrita.

Neste sentido, para Meihy (2000, p. 93): “É a oralidade que separa a história da memória. É nela que se dá o papel da história oral como mediadora entre uma solução que se baseia em

documentos escritos (história) e outra (memória) que se estrutura, quase exclusivamente, apoiada nas transmissões orais”.

Quando o pesquisador e a pesquisadora utilizam a História Oral na sua pesquisa deve tomar cuidado para não se tornar um jornalista e/ou uma jornalista, se apossando da palavra como propriedade sua e fazendo dela aplicação imediata. Existem novas imposições éticas que diferenciam a história oral de uma mera entrevista como, por exemplo, não se faz história oral por telefone ou por qualquer outro meio eletrônico, ou seja, não se faz a história oral sem o contato pessoal. A moderna História Oral usa deliberadamente o termo colaborador em vez de ator, informante ou objeto de pesquisa (MEIHY, 2000).

Como a pesquisa abordou a metodologia da tradição oral, as entrevistas abrangeram somente as pessoas que são as depositárias das tradições. Todo grupo humano familiar ou não tem alguém quase sempre entre os mais velhos que guarda a síntese da história do grupo. Guto Paschoal (2002, p. 6) corrobora:

Na maior parte das sociedades indígenas a transmissão dos elementos culturais como a mitologia, os rituais e os costumes é feita oralmente e são os idosos que desempenham essa função fundamental para a sobrevivência dos povos. Os saberes tradicionais englobam vários aspectos da vida nas aldeias, desde a medicina, com as curas através dos conhecimentos dos remédios feitos de ervas e dos rituais xamânicos, até os cantos e as danças para os dias de festas. A valorização das tradições passou a ser mais freqüente, principalmente a partir das organizações políticas e sociais que aconteceram nas últimas décadas para exigir o respeito aos direitos indígenas e a demarcação das terras. Esses processos utilizam os velhos como principais fontes para o resgate cultural das tradições que foram abandonadas e perdidas com o contato com as áreas urbanas.

Dessa forma, os colaboradores foram: a) Paulo Aporete Filho, que é o ancião Puruborá mais idoso, memória viva da história do povo Puruborá, grande conhecedor dos saberes tradicionais. Ele teve iniciação de pajé ainda criança, falante da Língua Materna e por conhecer a floresta ajudou na abertura do pique da BR 429 que liga as cidades de Presidente Médice a Costa Marques; b) Emília Puruborá é a matriarca e representante do povo Puruborá, grande conhecedora da cultura Puruborá, viveu toda a sua vida as margens do rio Manoel Correia onde criou seus filhos e suas filhas, sendo uma delas a Cacique Hozana Puruborá. Emília Puruborá veio a falecer no dia quatro do mês de abril do ano de 2013, deixando saudades em todos aqueles e todas aquelas que conviveram com ela.

Destaco que Paulo Aporete Filho e Emília Puruborá são as “bibliotecas” do povo, possuindo um vasto conhecimento tradicional da cultura, por isso é importante fazer as pesquisas com os mais

velhos, já que a cada dia que passa as tradições e Histórias são esquecidas, uma vez que os sábios vão morrendo e, por isso, perdem-se muitos conhecimentos tradicionais. Valorizar a memória como recurso para estudos sociais abrem e iluminam caminhos para a proposição da história oral como campo novo do conhecimento. Neste sentido, Carla Bassanezi Pinsky (2005, p. 167) relata: “[...]. A memória é essencial a um grupo porque está atrelada à construção de sua identidade. Ela [a memória] é resultado de um trabalho de organização e de seleção do que é importante para o sentimento de unidade, de continuidade e de coerência- isto é, de identidade”.

Nos anos de 2010 e 2012 realizei as entrevistas com Paulo Aporete Filho e Emília Puruborá. As entrevistas com o Paulo Aporete foram realizadas em sua casa na cidade de Costa Marques. Nessas entrevistas ele falou sobre suas memórias e a cultura do povo Puruborá. As entrevistas aconteceram em momentos distintos, pois no ano de 2010 fui fazer a pesquisa com o objetivo de saber sobre os mitos e como conhecer sobre a própria história é muito importante acabei aprendendo sobre outros aspectos da cultura Puruborá. Ele narrou histórias sobre as festas e as brigas com as outras etnias, fez pinturas e ensinou como preparar as tintas tradicionais. Além disto, fizemos passeio no bosque do município de Costa Marques porque nesse espaço havia as plantas que são utilizadas para preparar as tintas, foram momentos gratificantes e por sermos da mesma etnia ele pedia que não me esquecesse de mostrar tudo aquilo para os e as demais integrantes do nosso povo para que a nossa cultura não fosse esquecida.

No ano de 2012 fui juntamente com o coordenador do projeto “Resgatando a Memória e a História do povo Puruborá”, José Joaci Barboza, até a casa do Paulo Aporete Filho em Costa Marques, onde realizamos a entrevista. Deixamo-lo a vontade para nos contar sobre suas memórias. Paulo Aporete Filho começou contando histórias sobre sua vida, como era viver no Posto indígena Dois de Maio sendo que ele foi levado para esse posto ainda criança. Relatou sobre a cultura do povo Puruborá onde falou sobre os mitos que eu estava a pesquisar. Ele ficou muito à vontade e nos contava histórias da sua vida desde a época que era criança até a sua vida adulta.

Na aldeia Aperi a entrevista realizada com Emília Puruborá teve outro aspecto. Emília Puruborá era muito tímida e não conversava sem a presença da sua filha Hozana Castro de Oliveira, além de que foi difícil conseguir um isolamento com a colaboradora da pesquisa, porque em uma aldeia indígena a vida e as atividades ali realizadas eram/são coletivas. Essa entrevista foi feita juntamente com o da Hozana Castro de Oliveira e as duas relataram suas memórias de vida, o sentimento e o orgulho de ser pertencente a essa etnia.

As entrevistas para mim foram momentos de entender o meu passado indígena, porque possibilitou que eu compreendesse ainda mais como os mais velhos viveram e sobreviveram a humilhações de negação de suas identidades indígenas, de serem proibidos de propagar a nossa cultura indígena, as expulsões de nossos próprios territórios tradicionais, as perdas familiares por doenças vindas com o contato com o não indígena. Ouvir esses relatos me possibilitou que eu realmente compreendesse o meu presente como pertencente do povo Puruborá e assim valorizar cada vez mais as conquistas que já tivemos e ter mais força e vontade de ficarmos unidos e unidas para poder alcançar nossos objetivos.

No próximo capítulo menciona sobre a importância que o mito tem para um povo indígena, faço a descrição dos mitos Puruborá e relato a relação que a comunidade tem com os mitos de origens do povo Puruborá, da Língua Materna, da Pintura corporal, do fogo e dos alimentos.

3. MITOS

Por meio do contato com os e as não indígenas, as culturas dos povos indígenas sofreram profundas modificações, uma vez que dentro das etnias se operaram importantes processos de mudanças socioculturais, enfraquecendo, sobremaneira, as matrizes cosmológicas e míticas em torno das quais giravam toda a dinâmica da vida tradicional, dessa maneira os indígenas eram obrigados por força da repressão física e cultural a reprimir e a negar sua cultura e identidade como forma de sobrevivência perante a sociedade colonial. Os povos indígenas não tinham escolha: ou eram exterminados fisicamente ou deveriam ser extintos por força do chamado processo de integração e assimilação. Sobre isso Gilberto Francisco Dalmolin (2004, p. 121) confirma:

Não restou alternativa aos povos nativos desta região, pois sobreviver no território de seus antepassados pressupunha assumir esta nova identidade, submeter-se aos exploradores no trabalho escravo, negando sua identidade e ‘calando’ o uso de sua língua nativa bem como o uso de qualquer manifestação de valores culturais próprios. Foram, portanto forçados a integrar-se à cultura do explorador.

No início do contato os povos autóctones eram a maioria adaptada culturalmente ao meio em que habitavam, dessa forma eram extremamente importantes como mão de obra barata quase que gratuita para os seringalistas, porque conheciam melhor a região para extração da seringa e como os seringueiros vindos de outras regiões não conheciam a floresta eram os indígenas que os ensinavam.

Os e as indígenas não contavam com uma experiência prévia de intensas relações interétnicas e com os impactos provocados pela violência dos agentes de colonização, que foram por demais severos fazendo com que vários povos tradicionais perdessem sua Língua Materna, costumes, mitos e tradições. O contato entre povos indígenas fez e faz com que ocorra uma troca de conhecimentos onde um aprende com o outro, pois as sociedades indígenas são complexas e suas culturas heterogêneas e diversificadas.

De acordo Mircea Eliade (2002) há muito tempo estudiosos ocidentais vem estudando o mito, mas o veem com uma perspectiva que se diferencia do entendimento que as sociedades indígenas têm. Para as sociedades indígenas o mito narra uma história verdadeira com caráter sagrado e significativo, são transmitidos de uma geração a outra, gravados na memória dos que contam e dos que ouvem, não possuem datas precisas e únicas. Para os ocidentais, os mitos têm uma acepção de fábula, invenção e ficção, histórias contadas para entreter um grupo ouvinte. Dessa maneira é muito difícil ter uma

definição de mito que seja aceita tanto para os povos indígenas e para o não indígena. Este autor (2002, p. 11) enfatiza: “O mito é uma realidade cultural extremamente complexa, que pode ser elaborada e interpretada através de perspectivas múltiplas e complementares”.

As mitologias e os conhecimentos tradicionais acerca do mundo natural e sobrenatural orientam a vida social, os casamentos, o uso de extratos vegetais, minerais ou animais na cura de doenças, as divisões hierárquicas entre grupos, além de muitos hábitos cotidianos. Por isso é de suma importância revitalizar os mitos tradicionais, pois eles orientam a vida de um povo tradicional.

Os mitos são importantes para um povo e como a etnia Puruborá utilizava mitos de outras culturas por não terem os seus registrados, a presente pesquisa é de grande relevância, pois fez os registros dos mitos originais, a existência e os aspectos dos seres sobrenaturais. Perder tudo isso seria terrível para um povo que busca revitalizar suas tradições. Resolvi fazer esse projeto de pesquisa, porque será de grande valia para mim e para a sociedade, pois como Paulo Freire (1996, p.31) relata: “[...] pesquisa para conhecer o que ainda não conheço e comunicar ou anunciar a novidade”.

Os mitos são de suma relevância porque são eles que transmitem conhecimentos e explicam fatos que a ciência ainda não havia explicado e apesar de ter um conceito não definido de modo preciso e unânime constitui uma realidade antropológica fundamental, pois ele não só representa uma explicação sobre as origens do homem e do mundo em que vive, como traduz por símbolos ricos de significado o modo como um povo ou civilização entende e interpreta a existência. Os mitos, acima de tudo, são narrativas de acontecimentos cuja veracidade, não é posta em dúvida pelos membros de uma sociedade, pois, trazem representações de ocorrências fabulosas com que se procura dar sentido ao mundo.

As narrativas míticas têm mais a ver com o presente do que com o passado de uma sociedade embora sejam narradas no pretérito, não deixam de refletir o presente seja no que diz respeito aos costumes e nos elementos mais palpáveis como os artefatos, reflete tanto a situação social presente em que está inserido e que, modifica quando é transmitido de uma sociedade para outra. Everaldo Rocha (2008, p. 7) menciona que o mito “[...] serve para significar muitas coisas, representar várias idéias, ser usado em diversos contextos”.

Júlio Cesar Melatti (2007: p. 185), afirma que:

Toda sociedade indígena tem uma ideia própria a respeito do Universo. Seus membros sabem dizer qual a forma do Mundo, quem o criou, se foi criado, como os homens aprenderam a cultivar a terra e fabricar instrumentos, qual a posição de sua

sociedade diante das demais, quem institui suas regras sociais. Muitos desses acontecimentos estão em seus mitos.

As universidades e, de modo especial a Fundação Universidade Federal de Rondônia (UNIR), desconhecem os mitos dos povos indígenas e de modo especial do povo Puruborá e essa pesquisa pretende contribuir no preenchimento dessa lacuna, pois a mesma está focada nos mitos da origem do povo, da sua língua materna, pinturas corporais, origem do mundo e de alimentos.

Com essa pesquisa pretendo trazer à tona informações provenientes de tempos antigos e que têm a ver com temas que sempre deram sustentação a vida humana e construíram civilizações. Pretendo também contribuir para o fortalecimento da identidade cultural, salvaguardar e valorizar os mitos tradicionais do povo Puruborá.

Neste sentido, de acordo Betty Mindlin (1998, p. 20): “O registro dos mitos é um caminho para a afirmação cultural, para lembrar a riqueza da diversidade entre sociedades e o direito de manter tradições diferentes”.

Conhecer os mitos povo do Puruborá foi um meio de forjar um instrumento que o ajude a revitalizar sua cultura e que contribua com a luta política do povo.

3.1. Mito de origem do povo Puruborá

Nos tempos antigos uma índia da tribo Puru namorava escondido do seu marido com um índio da tribo Onça. Quando eles faziam a relação sexual o índio transformava-se em uma onça, quando eles terminavam o índio transformava-se em humano novamente.

Em certo dia a índia foi namorar com o índio da tribo Onça e ela viu que o índio transformava-se em onça, ela ficou com muito medo e começou a gritar, o marido dela chegou ao local onde eles estavam e matou a onça. Quando a onça estava morrendo ela se transformou em índio novamente. Nesse momento todos descobriram que os indígenas da tribo Onça transformavam-se em onça quando faziam relação sexual.

Quando tudo isso aconteceu as duas tribos Puru e Onça uniram-se e formaram a tribo Puruborá que significa aquele que se transforma em onça.

Os mitos de origem explicam muito sobre os hábitos do povo Puruborá, os mais velhos contam que qualquer pessoa da etnia podia se transformar em onça, mas somente os pajés se transformavam em qualquer animal, porém quando queriam fazer pajelanças de curas transformavam-se em onça, os mitos das Origens tem uma conectividade. Esses mitos transmitem registros de lembranças e acontecimentos, as referências de parentescos, a existência e os aspectos dos seres sobrenaturais, as regras que o povo deve seguir. Cada mito traz explicações em seus contextos que são aceitos e verdadeiros pela etnia.

3.2. Mito de origem da Língua Puruborá

A Língua Puruborá surgiu no tempo em que somente os animais falavam. Uma onça encantada transformou-se em uma mulher que falava a Língua Puruborá. Até antes disso os indígenas falavam somente com gestos. Um índio Puru casou-se com a índia Onça encantada que falava a Língua Puruborá. Os dois formaram uma família e os filhos que nasceram desse casal falavam a Língua Puruborá. Desde então todos da tribo Puruborá falam a Língua Puruborá.

3.3. Mito da pintura corporal Puruborá

Nos tempos antigos o povo Puruborá não se pintava, até que certo dia uma índia encantou-se por uma cobra e começaram a namorar, desse namoro a índia ficou grávida e quando seu filho nasceu o seu corpo estava todo pintado. Apartir desse dia surgiram as pinturas tradicionais do povo Puruborá.

No povo Puruborá tanto o homem quanto a mulher podem fazer as pinturas corporais. Mas temos algumas restrições: A) mulheres grávidas com menos de quatro meses não podem ser pintadas, pois a criança nasce com as manchas do animal que foi pintado no corpo da mãe e essas manchas ficam no corpo da criança o resto da vida; B) crianças menores de dois anos também não podem usar as pinturas corporais pelo fato de sua pele ser muito sensível e a tinta ser muito forte ocasionando doenças de pele como alergias, hanseníase e micoses.

As matérias primas utilizadas para confecção das tintas são: jenipapo verde, mas não pode ser o jenipapo da beira do rio, urucum, óleos de castanha, coco jaci, babaçu e cumaru ferro. O povo tem um modo especial para fazer a preparação da tinta de jenipapo e do urucum, deve-se corta a fruta do jenipapo ao meio e separar a polpa branca das sementes, cozinha-se essas sementes e a casca da fruta e quando elas tiverem parecidas com mel está pronta a tinta. A tinta de urucum é feita a partir da separação das sementes, elas devem estar secas, para depois serem trituradas bem até virar um pó, frita esse pó com óleo de castanha ou de coco ou de cumaru ferro, quando tiver parecido com uma massa de pão pode tirar do fogo, enrola essa massa na folha da sororoca uma planta nativa das folhas redondas, depois de fria desenrola e está pronta para pintar o corpo. Cada povo tem seus modos específicos de confeccionar as tintas, as partes do corpo que devem ser pintadas, quem deve fazer as pinturas, a idade que as pessoas podem ser pintadas, que desenhos são feitos os da guerra, da festa e do cotidiano.

Somente algumas partes do corpo são pintadas como o rosto, braço e costas, porém o dorso da coluna vertebral não pode ter desenhos. As representações dos desenhos são de gavião, cobra, borboleta, arara, maracanã, papagaio e onça. Antigamente quando todos da aldeia ficavam pintados de onça e gavião estava em guerra. Os outros desenhos são do dia a dia. O que diferencia o povo Puruborá dos outros povos é a pintura corporal da onça. Os desenhos usados no corpo não são usados nas cerâmicas elas não são decoradas. Para fazer os desenhos no corpo são utilizados pincéis feitos dos pelos da cutia e porquinho, envira do tucum ou estilete feito do olho da palmeira naja e as manchas da onça são feitos com algodão. Com exceção de desenhos de riscos, jamais são feitos desenhos na

face, pois os Puruborá não fazem desenhos na face porque são onças.

Cada povo tem seus modos específicos de confeccionar as tintas, as partes do corpo que devem ser pintadas, quem deve fazer as pinturas, a idade que as pessoas podem ser pintadas, que desenhos são feitos os da guerra, da festa e do cotidiano. E essas regras são explicadas no mito.

3.4 Mito da origem dos alimentos

Os alimentos surgiram quando apareceu o primeiro homem no mundo. Somente existia no mundo uma pessoa e vivia sozinha, não existia terra tudo era água. Certo dia Wabaj² disse para o primeiro homem: “vai construir e produzir”. Não havia também dia, era só noite, treva. Wabaj falou para o primeiro homem: “agora você procura seu lugar pra trabalhar. Já tem o dia, que não tinha, as águas estão divididas e essas matas são para você plantar o que quiser”. As primeiras plantas foram: batatas, carás, inhames, carás roxo, taiobas e a macaxeira. O primeiro homem só se alimentava desses alimentos. Passado uns anos, Wabaj voltou para ele, porque o homem já não estava no céu, falou pra o índio que fosse tirar palmito do tucumã e levasse uma vasilha. Quando o índio foi tirar o palmito do tucumã o espinho furou sua mão. Quando furou o sangue saiu, ele pegou a vasilha e o sangue que saia dele era as sementes. Wabaj disse para ele você vai plantar semente por semente, delas nasceram as espigas e formaram o milho, dessas sementes nasceram o milho mole, o milho branco, milho preto, milho roxo e o milho duro. A última planta que saiu que nós temos hoje no mundo foi o milho.

O povo Puruborá tem uma relação muito forte com a terra, para essa etnia a terra é sagrada porque nela vivem e cultivam as roças para ter seus alimentos e seus remédios, os mais velhos contam que antigamente o povo fazia grandes roças. Organizavam-se em mutirões para abrir e queimar os roçados, as roças eram coletivas, não tinham cercas que separava uma roça da outra e não havia brigas sobre os alimentos. Quando estavam na época de plantar e colher todos participavam crianças e adultos. Nessa época faziam fogueiras onde os mais velhos contavam histórias, cantavam músicas e assavam batata, mandioca e milho para comerem. Assim eram as festas da roça. O povo Puruborá usava as tornozeleiras somente nas festas da derrubada da roça. Até hoje o povo Puruborá faz a festa do milho verde com frango, onde as famílias da aldeia Aperi se reúnem para partilhar o almoço é um momento de grande alegria e de confraternização.

² Wabaj é uma palavra na Língua Puruborá que significa Deus para os e as ocidentais.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente trabalho se constituiu em identificar, registrar e analisar os mitos tradicionais do povo Puruborá e, possibilitou-me perceber que as mitologias trazem diversos conhecimentos sobre a vida social e explicam muitos hábitos cotidianos do povo Puruborá. Neste sentido, escrever a própria História do povo Puruborá me ajudou a ter um maior conhecimento sobre a minha cultura.

Meu objetivo é que este trabalho venha a contribuir com o fortalecimento identitário do meu povo, pois através dessa pesquisa a comunidade pode revitalizar e resgatar das Histórias e Memórias. Julgo que é conhecendo o passado que se entende o presente favorecendo assim a compreensão, a representação e a comunicação dos modos de viver do grupo ao longo tempos, considerando que essas perdas não foram ocasionadas por vontade do povo, mas forçados pelos não indígenas e pelas situações que fizeram esse povo assimilar outra cultura. Por isso, o povo sente que salvaguardar a cultura não é uma responsabilidade de um único membro da comunidade e sim de todo o povo.

O povo Puruborá é um grupo étnico ressurgido no estado de Rondônia e acredito que essa pesquisa pode se constituir numa ferramenta que incentive o fortalecimento da luta do povo pela demarcação do seu território ancestral, porque somente com o seu território demarcado é que os e as Puruborá voltarão a ficar reunidos, reunidas e mais fortes para batalhar pelos seus direitos e revitalização da sua cultura e cidadania e pelo fortalecimento da identidade.

A pesquisa pode proporcionar o entendimento e o conhecimento sobre a etnia Puruborá para indígenas e não indígenas, pois a mesma foi considerada extinta pela comunidade nacional até a década de 1990, e por isso, pouco se tem escrito sobre esse povo, porém têm sido realizadas pesquisas sobre a educação e o território tradicional do povo Puruborá.

Foi possível perceber que esta pesquisa que aqui se encerra foi apenas um primeiro momento para iniciar um grande trabalho de revitalização e promoção da cultura do povo Puruborá, uma vez que acredito que as pesquisas sobre o meu povo não terminam aqui e que se tem muito ainda a ser pesquisado.

Vejo a necessidade de aprofundamento e reflexão sobre as questões de ressurgência e reconhecimento que conseqüentemente estão ligadas no processo de luta pelos direitos. Desta forma, o Povo Puruborá nasce e renasce quando estão unidos e é conhecendo os mitos

que aprendem o segredo da origem das coisas, onde encontrá-las e como fazer com que reapareçam quando estiverem desaparecendo.

REFERÊNCIAS

- BARBOZA, José Joaci. Puruborá: narrativas de um povo ressurgido na Amazônia. In: **XI Encontro Nacional de História Oral**, Rio de Janeiro, 2012, **Instituto de Filosofia e Ciências Sociais/Instituto de História da Universidade Federal do Rio de Janeiro**. Disponível em: http://www.encontro2012.historiaoral.org.br/resources/anais/3/1339991713_ARQUIVO_PuruboraNarrativasdeumPovoRessurgidonaAmazonia.pdf. Acesso em: 2 ago. 2013.
- BELÉM, Ivan César Corrêa do. **Mitos africanos e pantaneiros nos círculos de aprendizagens ambientais**. Cuiabá, 2008, 151f. Dissertação (Mestrado em Educação)– Universidade Federal de Mato Grosso, Cuiabá, 2008.
- CALLAI, Helena Copetti. Aprendendo a ler o mundo: A Geografia nos anos iniciais do Ensino Fundamental. **Cad.Cedes**, Campinas, vol.25, n.66, p.227-247, maio/ago.2005. Disponível em www.cedes.unicamp.br, acesso 20 de julho 2012.
- DALMOLIN, Gilberto Francisco. **O papel da escola entre os povos indígenas: de instrumento de exclusão a recurso para emancipação sociocultural**. Rio Branco: Edufac, 2005.
- DARDEL, Eric. **O homem e a terra: natureza da realidade geográfica**. São Paulo: Perspectiva, 2011.
- ELIADE, Mircea. **Mito e realidade**. 6 ed. São Paulo, Editora, Perspectiva, 2002.
- FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa**. São Paulo, Editora, Paz e Terra, 1996.
- FREITAS, Edinaldo Bezerra. Fala de índio, história do Brasil: o desafio da etno-história indígena. **Revista História Oral**, nº 7, Julho de 2004.
- LUCIANO, Gersem dos Santos. **O índio brasileiro: O que você precisa saber sobre os povos indígenas de hoje**. Brasília: MEC/SECAD/LACED/Museu Nacional, 2006.
- LEONEL, Mauro. **Etnodíceauruéu-Au-Au: O Endocolonialismo no Centro de Rondônia O Direito à Diferença e à preservação Ambiental**. São Paulo, Editora da USP/FAPESP, 1995.
- MEIHY, José Carlos Sebe Bom. **Manual de história oral**. São Paulo: Edições Loyola, 2000.
- _____. Palavras aos jovens oralistas. Oralidades. **Revista de História Oral**. São Paulo: NEHO, ano 2, n. 3 (jan-jun 2009), p. 141-50.

MELATTI, Julio. **Índios do Brasil**. São Paulo, Editora da Universidade de São Paulo, 2007.

MINDLIN, Betty. **Moqueca de maridos**: mitos eróticos. 2 ed., Rio de Janeiro: Record, 1998.

OLIVEIRA FILHO, João Pacheco de. **Ensaio em antropologia histórica**. Rio de Janeiro: Editora URFJ, 1999.

PASCHOAL, Guto. Anciões transmitem cultura indígena. **Revista eletrônica de jornalismo científico**. (ComCiência), Campinas, SP, v.3, n.35, p.1-3, set.2002 disponível em: <http://comciencia.br/reportagens/envelhecimento/texto/env06.htm>>. Acesso em: 13 agosto. de 2013.

PINSKY, Carla Bassanezi (Org). **Fontes históricas**. São Paulo: contexto, 2005.

ROCHA, Everardo. **O que é mito**. São Paulo. Brasiliense, 1999.